

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ENTIDADE: IRMANDADE DA SANTA CASA DE**  
**MISERICÓRDIA DE MOCOCA**

**1- Da Instituição:**

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, conta atualmente com 145 leitos ativos, através dos quais presta relevantes serviços de assistência a população do município e região, até mesmo do Estado de Minas Gerais. Ressalte-se que é o único hospital do município, gozando de alto conceito junto à sociedade em função da qualidade dos serviços prestados, sendo referência regional.

No ano de 2018, destinou a maior parte da sua capacidade operativa, cerca de 78,65% aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

O hospital realizou 27.818 atendimentos (pacientes dia) sendo 21.879 destinados ao SUS, o que demonstra a superação do que foi pactuado no contrato 049/2015, com a Prefeitura de Mococa.

Como nos anos anteriores, a Instituição se vê em dificuldades em equilibrar seu orçamento, já que existe um descompasso entre as receitas, estagnadas em função das políticas públicas para a saúde e as despesas de pessoal e com medicamentos e materiais que sofrem reajustes anuais.

Vale lembrar que a Prefeitura de Mococa que historicamente sempre ajudou financeiramente a Santa Casa, a partir de maio de 2017, cortou a subvenção que inclusive estava aprovada por lei, alegando falta de respaldo jurídico. Fato que aumentou nossas dificuldades.

A verba repassada pelo SUS, não foi suficiente sequer para honrar a Folha de Pagamento dos funcionários. Em 2018 a entidade recebeu daquele órgão R\$ 9.342.578,75, mas dispendeu só com salários, encargos e benefícios o valor de R\$ 9.818.066,80. Também importante lembrar, que houve redução do número de funcionários em 2018 (de 327 para 310), ou seja, há uma preocupação em não onerar este item, embora a demanda por serviços tenha aumentado como decorrência natural e direta do crescimento populacional, além da migração dos Planos de Saúde particulares para o SUS, fenômeno cuja origem pode ser atribuída à crise econômica, política e social que o país sofre a partir de 2014.

Fica claro que a relação entre a Receita do SUS e o gasto com pessoal, para ficar só num item, é insuficiente, o que dirá para suprir outras demandas como medicamentos, materiais, manutenção, energia elétrica, água etc.

Os pontos cruciais da administração, Folha de Pagamento e Aquisição de materiais, medicamentos e serviços estiveram, sob a ótica econômica e orçamentária, controlados, eliminando a hipótese de serem os sabotadores por resultado melhor. No entanto, a entidade se viu obrigada a recorrer duas vezes a empréstimos bancários para poder honrar compromissos com fornecedores e 13º salário dos funcionários, aumentando sua dívida de curto prazo. Em 2017, ante a crise que colocou em risco o funcionamento do Hospital, conseguiu-se um empréstimo de longo prazo de 5,2 milhões de reais, para serem pagos em 10 anos. Mensalmente, a partir de dezembro de 2018, paga-se entre amortizações e juros, um valor aproximado de 140 mil reais mensais.

**2 – Cenário 2018.**

O resultado do ano esteve aquém de nossas expectativas, mas ainda assim é visto como razoável ante todas as dificuldades inerentes à Saúde, principalmente comparado ao quadro geral do país. O desempenho daquilo que dependeu da administração, esteve rigorosamente sob controle, ou seja, deu-se continuidade aos seguintes pontos, em consonância ao estabelecido como estratégia de recuperação. A redução do estoque estratégico de materiais e medicamentos; o alongamento dos prazos de pagamentos; o aumento do repasse do SUS. (fruto do trabalho desta administração no convencimento do poder público municipal no reconhecimento da superação de metas acordadas); renegociação de valores e serviços com as Operadoras de serviço de saúde suplementar; redução do quadro de funcionários; revisão de contratos com empresas com Plano de Saúde Santa Casa, com reajustes baseados na recuperação de prejuízos causados pela alta sinistralidade; revisão dos contratos de aluguel, contratação de auditoria para o Plano de Saúde.

Não obstante a todas as dificuldades econômicas, sociais e política a Irmandade da Santa Casa de Mococa mantém serviços de excelência em todos os setores, abarcando serviços de entidades similares que foram fechadas ou estão sob intervenção das cidades de Tapiratiba, Casa Branca e São Sebastião da Gramma. Está rigorosamente em dia com todos os encargos trabalhistas e impostos em nível estadual e federal.

Mococa, 31 de dezembro de 2018.

**PEDRO PAULO BARRETO FURTADO**

CPF 568.198.467-20 RG 04.270.256-3 - SSP/RJ

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
**em reais**

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponível		792.492	934.343	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		1.756.600	2.237.145
Realizável		5.198.566	5.310.970	Provisão de prêmios/ contraprestações	<b>10</b>	<b>1.756.600</b>	<b>2.237.145</b>
Aplicações financeiras	<b>5</b>	1.905.942	1.811.724	Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG		402.247	425.192
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		1.901.877	1.808.749	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		61.602	63.051
				Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serv. assistenciais		527.122	936.228
Aplicações livres		4.065	2.975	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		765.629	812.674
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	<b>6</b>	59.567	45.624	Débitos de operações, assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		442.306	605.584
Contraprestações pecuniárias a receber		59.567	45.624	Tributos e encargos sociais a recolher	<b>11</b>	264.651	278.129
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	<b>7</b>	2.692.031	2.931.750	Empréstimos e financiamentos	<b>12</b>	1.984.648	751.828
Bens e títulos a receber	<b>8</b>	541.026	521.872	Débitos diversos	<b>13</b>	1.887.440	1.952.921
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.991.058</b>	<b>6.245.313</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.335.645</b>	<b>5.825.607</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Provisão para ações judiciais	<b>14</b>	100.867	225.439
Depósitos judiciais e fiscais		66.623	17.922	Tributos e encargos sociais a recolher	<b>11</b>	202.198	265.145
Investimentos		9.429	1.079	Empréstimos e financiamentos	<b>12</b>	4.258.520	4.879.649
Outros investimentos		9.429	1.079				
Imobilizado	<b>9</b>	7.615.122	8.181.720	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.561.585</b>	<b>5.370.233</b>
Imóveis de uso próprio hospitalares		6.269.024	6.529.622				
Imobilizado de uso próprio hospitalares		532.682	679.202	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado de uso próprio não hospitalares		813.416	972.896	Patrimônio social		3.250.194	2.543.999
				(Déficit)/ superávit do exercício		(465.192)	706.195
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.691.174</b>	<b>8.200.721</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>16</b>	<b>2.785.002</b>	<b>3.250.194</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.682.232</b>	<b>14.446.034</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>13.682.232</b>	<b>14.446.034</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro**  
**Em reais**

	Nota	2018	2017
<b>Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde</b>		<b>9.007.404</b>	<b>9.261.535</b>
<b>Receitas com operações de assistência à saúde</b>		<b>9.007.404</b>	<b>9.261.535</b>
Contraprestações líquidas		9.007.404	9.261.535
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>		<b>(7.298.344)</b>	<b>(7.914.664)</b>
Eventos conhecidos ou avisados		(7.345.043)	(8.074.565)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados		46.699	159.901
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>1.709.060</b>	<b>1.346.871</b>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		17.500	26.129
<b>Receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora</b>		<b>22.465.020</b>	<b>38.139.128</b>
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		8.467.613	23.938.821
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar-SUS		9.342.579	8.408.100
Outras receitas operacionais		4.654.828	5.792.207
<b>Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde</b>		<b>(495.336)</b>	<b>(1.289.126)</b>
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(495.336)	(1.289.126)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		(5.703.445)	(11.588.816)
<b>Resultado bruto</b>		<b>17.992.799</b>	<b>26.634.186</b>
Despesas administrativas	<b>17</b>	(18.223.003)	(25.745.217)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>18</b>	<b>(329.137)</b>	<b>(379.210)</b>
Receitas financeiras		459.948	709.337
Despesas financeiras		(789.085)	(1.088.547)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>94.149</b>	<b>196.436</b>
Receitas patrimoniais		94.149	196.436
<b>(Déficit)/ superávit do exercício</b>		<b>(465.192)</b>	<b>706.195</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro**  
**Em reais**

	Patrimônio social	Superávit/ (Déficit) do exercício	Total
<b>SalDOS em 1º de janeiro de 2017</b>	-	<b>2.543.999</b>	<b>2.543.999</b>
Transferência de superávit	2.543.999	(2.543.999)	-
Superávit do exercício	-	706.195	706.195
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.543.999</b>	<b>706.195</b>	<b>3.250.194</b>
Transferência de superávit	706.195	(706.195)	-
Déficit do exercício	-	(465.192)	(465.192)
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.250.194</b>	<b>(465.192)</b>	<b>2.785.002</b>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro**  
**Em reais**

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Déficit) Superávit dos exercícios	(465.192)	706.195
Ajuste por:		
Depreciações	573.573	541.286
Adições de investimento	(8.350)	(879)
Provisão para perdas sobre créditos	(451.216)	462.662
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(71.439)	(153.158)
Provisão para ações judiciais	(124.571)	12.341
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas	(93.128)	(136.085)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(13.943)	2.742
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	690.936	(1.011.856)
Bens e títulos a receber	(19.154)	291.723
Depósitos judiciais e fiscais	(48.701)	7.008
Eventos a liquidar e provisão técnica	(409.106)	(142.633)
Débitos de operações de assistência à saúde	(163.278)	(872.931)
Tributos e encargos sociais a recolher	(100.030)	(247.380)
Débitos diversos	(65.481)	(464.005)
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(769.080)</b>	<b>(1.004.970)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do imobilizado	(11.403)	(142.829)
Baixas de imobilizado	28.031	14.235
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>16.628</b>	<b>(128.594)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Varição dos empréstimos e financiamentos	611.691	1.384.332
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>611.691</b>	<b>1.384.332</b>
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(140.761)</b>	<b>250.768</b>
Caixa e equivalentes de caixa (livres) no fim do exercício	796.557	937.318
Caixa e equivalentes de caixa (livres) no início do exercício	937.318	686.550
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(140.761)</b>	<b>250.768</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES**  
**CONTÁBEIS FINDO EM DEZEMBRO DE 2018**

**1 Contexto operacional**

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, fundada em 8 de dezembro de 1907, com sede e foro no município de Mococa, Estado de São Paulo. É reconhecida como entidade beneficente de assistência social pelo Órgão Federal Competente. Além disso ela opera e administra plano de saúde próprio com o objetivo a prestação de assistência médica e hospitalar familiar e empresarial em conformidade com o órgão regulador Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com mais de um século de existência, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa vem se destacando na atenção à saúde da população local e regional, não apenas por ser o único Hospital e Maternidade da cidade, mas pela qualidade e eficiência dos serviços prestados, o que faz dela, referência na região.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa ocupa um grande quarteirão numa área total de 23.659 metros quadrados, sendo 10491,67 metros quadrados de área construída. Possui 145 leitos, prestando atendimento em todas as especialidades médicas. Atende pacientes de Mococa e outros municípios, predominantemente através do SUS.

A UTI adulto, de 10 leitos, é referência regional, assim como as cirurgias ortopédicas de média complexidade. O Hospital possui um moderno e bem equipado Centro Cirúrgico, onde são realizadas, em média, 330 cirurgias/mês.

**2 Ambiente regulatório**

Continuação da Página anterior

Por meio da Lei nº 9.656/1998, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Entidade está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Entidade encontra-se registrada na ANS, sob o nº 308005.

### 3 Base de preparação das demonstrações financeiras

#### (a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa, sendo a última RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017 (RN nº 418 de 26 de dezembro de 2016 para as demonstrações financeiras do exercício de 2017).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 8 de fevereiro de 2019 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2018 e 2017, a Entidade não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Entidade não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2018 e 2017.

#### (b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

#### (c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

#### (d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentaram efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

## 4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### 4.1 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numeração em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas tem como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.

- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

### 4.2 Ativos financeiros

#### 4.2.1 Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem: disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e outros créditos.

#### 4.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 4.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis, débitos de operações de assistência à saúde e outras contas a pagar.

### 4.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por Resolução Normativa conforme demonstrado na nota 4.4.

### 4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos originados dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

### 4.5 Investimentos

Representados basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista avaliados pelo custo.

### 4.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente pela infraestrutura de instalações administrativa e computadores e periféricos. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	Taxa de depreciação
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

### 4.7 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença.

### 4.8 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

Os valores das despesas com pessoal estão demonstrados na nota 17.

### 4.9 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 10. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

#### (i) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas - PPCNG

É constituída conforme previsto na RN nº 314/12 da ANS e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Entidade para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastrados por ativos garantidores.

#### (ii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

#### (iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Constituída com base na RN nº 160 da ANS e posteriores alterações. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela falta de avisos.

#### (iv) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.

### 4.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

### 4.12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

### 4.13 Receita operacional

#### 4.13.1 Reconhecimento das receitas e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como “contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde” o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação das receitas observa o regime de competência de exercícios considerando:

- nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na nota 10.

As demais receitas e despesas observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

### 4.13.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos e financiamentos reconhecida pelos juros incorridos até a data do balanço.

## 5 Aplicações financeiras

Modalidade	2018	2017
Santander - fundo invest. ANS - renda fixa	818.071	777.602
Banco Brasil - BB RF dedicado ANS	1.083.806	1.031.147
<b>Garantidoras de provisões técnicas</b>	<b>1.901.877</b>	<b>1.808.749</b>
Poupança Sicredi- 79815-6	4.065	2.975
<b>Livres</b>	<b>4.065</b>	<b>2.975</b>
	<b>1.905.942</b>	<b>1.811.724</b>

Continuação da Página anterior

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

A Entidade apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

**Garantias financeiras x Provisões técnicas**

	2018	2017
<b>(A) Ativos garantidores</b>		
Aplicações financeiras garantidoras	1.901.877	1.808.749
	1.901.877	1.808.749
<b>Provisões técnicas</b>		
Eventos ocorridos e não avisados - PEONA	765.629	812.674
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	61.602	933.294
Redução dos Eventos SUS pelo índice de adimplência	(57.555)	-
<b>(B) Necessidade de vínculo</b>	769.676	1.745.968
<b>Suficiência de vínculo de ativos garantidores: (A) – (B)</b>	1.132.201	62.781
<b>(C) Eventos a liquidar avisados até 60 dias</b>	527.122	2.935
<b>(D) Necessidade de ativos garantidores: (B) + (C)</b>	1.296.798	1.748.903
<b>Suficiência de lastro de ativos garantidores: (A) – (D)</b>	605.079	59.846

**6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

	2018	2017
<b>Contraprestações pecuniárias</b>	<b>59.567</b>	<b>45.624</b>

**7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora**

	2018	2017
Contas a receber de prestadores de serviços médicos hospitalares (i)	2.703.477	3.394.412
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii)	(11.446)	(462.662)
	<b>2.692.031</b>	<b>2.931.750</b>

(i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras operadoras.

(ii) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Entidade, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

**8 Bens e títulos a receber**

	2018	2017
<b>Estoque (i)</b>	<b>514.573</b>	<b>457.370</b>
Títulos a receber	24.703	47.341
Outros bens e títulos a receber	1.750	17.161
	<b>541.026</b>	<b>521.872</b>

(i) Refere-se substancialmente a medicamentos, materiais de limpeza e escritório. Não há perdas estimadas.

**9 Imobilizado**

	31/12/2017	Aquisição	Baixa	31/12/2018
<b>Custo corrigido</b>				
Terrenos	2.502.200	-	-	2.502.200
Edificações	6.505.894	-	-	6.505.894
Móveis e utensílios	524.167	5.534	(235)	529.466
Máquinas e equipamentos	3.676.079	5.869	(3.473)	3.678.475
Computadores e periféricos	304.334	-	(24.323)	280.011
	<b>13.512.674</b>	<b>11.403</b>	<b>(28.031)</b>	<b>13.496.046</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Edificações	(2.478.472)	(260.599)	-	(2.739.071)
Máquinas e equipamentos	(2.342.891)	(252.644)	-	(2.595.535)
Móveis e utensílios	(279.591)	(33.469)	-	(313.060)
Computadores e periféricos	(230.000)	(3.258)	-	(233.258)
	<b>(5.330.954)</b>	<b>(549.970)</b>	<b>-</b>	<b>(5.880.924)</b>
	<b>8.181.720</b>	<b>(538.567)</b>	<b>(28.031)</b>	<b>7.615.122</b>

**10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

	2018	2017
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha – PPCNG	402.247	425.192
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	61.602	63.051
Prov. eventos/sinistros a liquidar p/ outras prestadoras de serviço	527.122	936.228
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA	765.629	812.674
	<b>1.756.600</b>	<b>2.237.145</b>

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.9.

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão para Remissão e Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na nota 24 (ii) e (iii).

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

Quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar conforme determinação da ANS RN nº 344/2014. A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos individuais/ familiares pós Lei nº 9.656/1998

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede própria	-	124.935	1.257	1.125.814	-	2	1.252.008
Rede contratada	384.109	1.895.835	685.374	423.941	100.058	11.744	3.501.061
Reembolso	1.850	2.645	630	-	2.590	-	7.715
<b>Total</b>	<b>386.959</b>	<b>2.023.415</b>	<b>687.261</b>	<b>1.549.755</b>	<b>102.648</b>	<b>11.746</b>	<b>4.760.784</b>

**11 Tributos e encargos sociais a recolher**

	2018	2017
IRPJ	13.419	17.488
CSLL	6.956	8.298
ISS	2.987	4.645
INSS	52.260	53.537
FGTS	76.884	79.569
COFINS	20.869	24.187
PIS	4.522	5.279
IRRF	19.057	17.429
FGTS a recolher parcelado (i)	67.697	67.697
<b>Circulante</b>	<b>264.651</b>	<b>278.129</b>
FGTS a recolher parcelado (i)	202.198	265.145
<b>Não circulante</b>	<b>202.198</b>	<b>265.145</b>
<b>Total</b>	<b>466.849</b>	<b>543.274</b>

(i) A Entidade aderiu ao parcelamento de débitos junto à Caixa Econômica Federal, cujo vencimento final é novembro de 2022.

**12 Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos		Vencimento			2018			2017		
	Financeiros	Final	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sicredi - União Pr/Sp- Ato Cooperativo	1,59% a.m	nov/19	709.900	-	709.900	263.863	-	263.863	-	-	-
BNDES (i)	3,38% a.a	abr/27	842.110	4.224.213	5.066.323	487.965	4.879.649	5.367.614	-	-	-
Sicredi - União Pr/Sp	1,49% a.m	jul/20	432.638	34.307	466.945	-	-	-	-	-	-
			<b>1.984.648</b>	<b>4.258.520</b>	<b>6.243.168</b>	<b>751.828</b>	<b>4.879.649</b>	<b>5.631.477</b>			

(i) O financiamento foi adquirido com a finalidade de Reestruturação do endividamento, liquidação de passivo bancário oneroso e alongamento de prazo de dívidas com bancos e fornecedores.

**13 Débitos diversos**

	2018	2017
Obrigações com pessoal	1.046.787	1.061.886
Fornecedores (i)	692.437	740.595
Outros débitos a pagar	148.216	150.440
	<b>1.887.440</b>	<b>1.952.921</b>

(i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar a fornecedores de medicamentos farmacêuticos, que estão disponibilizados na Entidade.

**14 Provisão para ações judiciais**

Encontram-se em questionamento ações na área cível. A Administração da Entidade, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões judiciais estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Cível (i)	100.867	439
Trabalhista	-	225.000
	<b>100.867</b>	<b>225.439</b>

(i) Provisão constituída conservadoramente sobre processos de natureza cível, para as quais os assessores jurídicos da Entidade consideram como provável os riscos de perdas nas demandas.

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

**15 Passivos contingentes**

A Entidade discute outras ações cíveis indenizatórias, no montante de R\$ 4.122.589 e outras ações trabalhistas no montante de R\$ 350.000, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2018 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possíveis. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

**16 Patrimônio líquido**

a Patrimônio social  
Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, somado ou subtraído pelos superávits ou déficits acumulados, conforme determina a legislação vigente.

**17 Despesas administrativas**

	2018	2017
Pessoal	(9.818.067)	(14.482.162)
Serviços de terceiros	(335.702)	(630.545)
Localização e funcionamento	(5.706.304)	(7.214.000)
Tributos	(2.362.930)	(3.410.515)
Diversas	-	(7.995)
	<b>(18.223.003)</b>	<b>(25.745.217)</b>

**18 Resultado financeiro líquido**

	2018	2017
<b>Ingressos financeiros</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	150.130	200.097
Juros por recebimentos em atraso	25.857	20.368
Outros	283.961	488.872
	<b>459.948</b>	<b>709.337</b>
<b>Dispêndios financeiros</b>		
Descontos concedidos	-	(341)
Juros e atualização	(592.857)	(829.862)
Outros	(196.228)	(258.344)
	<b>(789.085)</b>	<b>(1.088.547)</b>
	<b>(329.137)</b>	<b>(379.210)</b>

**19 Doações e subvenções**

Estão registradas no grupo de outras receitas operacionais, na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit) as seguintes doações e subvenções:

	2018	2017
Subvenções estaduais	1.404.109	796.096
Doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas	656.432	442.325
	<b>2.060.541</b>	<b>1.238.421</b>

**20 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas**

a) Assalariados

Mês de competência	Base de cálculo	Empregador 20%	Outros 8,80%	2018	2017
				Total	Total
Janeiro	656.004	131.201	51.168	182.369	282.434
Fevereiro	635.877	127.175	49.598	176.774	271.955
Março	648.345	129.669	50.571	180.240	272.691
Abril	646.450	129.290	50.423	179.713	278.985
Maio	642.247	128.449	50.095	178.545	281.448
Junho	624.554	124.911	48.715	173.626	270.580
Julho	640.953	128.191	49.994	178.185	270.003
Agosto	620.487	124.097	48.398	172.495	264.843
Setembro	629.722	125.944	49.118	175.063	275.433
Outubro	634.864	126.973	49.519	176.492	285.266
Novembro	642.953	128.591	50.150	178.741	354.032
Dezembro	647.904	129.581	50.536	180.117	190.431
13º salário	624.028	124.806	48.674	173.479	185.430
	<b>8.294.388</b>	<b>1.658.878</b>	<b>646.959</b>	<b>2.305.839</b>	<b>3.483.531</b>

b) Autônomos

Mês de competência	Base de cálculo	2018	2017
		20%	20%
Janeiro	37.013	7.403	9.741
Fevereiro	51.707	10.341	9.617
Março	40.437	8.087	9.858
Abril	44.411	8.882	3.935
Maio	41.206	8.241	5.524
Junho	46.938	9.388	5.739
Julho	15.244	3.049	5.606
Agosto	35.224	7.045	5.079
Setembro	29.217	5.843	4.828
Outubro	32.855	6.571	6.113
Novembro	42.377	8.475	4.688
Dezembro	13.518	2.704	4.405
	<b>430.147</b>	<b>86.029</b>	<b>75.133</b>

Continuação da Página anterior

**21 Remuneração da Administração**

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão do desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os eventuais excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua administração está a cargo de um Conselho, presidido por um Provedor (a), cujos membros, assim como os do Conselho Fiscal, são eleitos por assembleia geral composto pela Irmandade em dia com as contribuições e com no mínimo 6 (seis) meses na condição de Irmão. O mandato do Conselho de Administração é de dois anos. Cabe ao referido Conselho tomar as decisões administrativas a partir de informações emanadas por um Diretor Administrativo, que por sua vez, gerencia o trabalho dos Coordenadores setoriais, como prescreve o organograma da instituição. Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie, exceto o Diretor Administrativo, cujo cargo é de nomeação exclusiva do Conselho.

**22 Aspectos fiscais**

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

**23 Ofício Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)****– Cancelamento de registro de operadora**

Na data de 11 de outubro de 2017, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) notificou a Entidade através de ofício 191/2017, que devido a desconformidades econômico-financeiras consideradas graves e não regularizadas após a consulta ao DIOPS do 2º trimestre de 2017, o trâmite para a alienação compulsória da carteira de benefícios e posterior cancelamento do registro da operadora.

Em 13 de novembro de 2017, a Administração da Entidade apresentou plano de saneamento das desconformidades levantadas pelo órgão regulador, qual já apresentou efeitos positivos e enquadramento dos ativos garantidores demonstrando suficiência no primeiro trimestre de 2018. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em ofício datado de 16 de agosto de 2018, através de reanálise econômico-financeira, constatou a conformidade da operadora e apenas à mantém em acompanhamento regular.

**24 Instrumentos financeiros****(i) Gestão de riscos financeiros****Fatores de risco financeiro**

As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

**Riscos de crédito**

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

**Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Valor contábil	
	2018	2017
Disponível	792.492	934.343
Aplicações financeiras (nota 5)	1.905.942	1.811.724
Créditos de operações com planos de assist. à saúde (nota 6)	59.567	45.624
Créditos de op. de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora (nota 7)	2.692.031	2.931.750
Bens e títulos a receber e outros créditos (nota 8)	541.026	521.872
	<b>5.991.058</b>	<b>6.245.313</b>

**Créditos a receber e outros recebíveis**

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.4.

**Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS.

A Entidade investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

**Disponível**

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

**Aplicações financeiras**

A Entidade possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata (exceto as aplicações garantidoras da ANS) e de baixo risco.

Para avaliação do risco de liquidez a Entidade se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

**(ii) Recursos próprios mínimos**

Consideram-se recursos Próprios Mínimos o limite do patrimônio líquido que deverá ser observado pelas Operadoras de Planos de Saúde (OPS), a qualquer tempo, de acordo com os critérios de Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência. A Instrução Normativa IN ANS nº 50, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE), define os ajustes por efeitos econômicos no patrimônio das OPS a ser considerado para fins de adequação às regras de Recursos Próprios Mínimos (PMA) e Margem de Solvência.

O PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.503.233 em dezembro de 2018, o qual é anualmente ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator “K” vigente em dezembro de 2018 corresponde a 2,45%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R\$ 208.329, consequentemente, o patrimônio líquido ajustado da Entidade atende a esse mínimo estabelecido.

**(iii) Margem de Solvência**

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme critérios definidos em Resolução Normativa da ANS.

**Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

**25 Cobertura de seguro**

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Pedro Paulo Barreto Furtado  
Provedor

Sebastião Porcel  
Técnico em Contabilidade  
CRC ISP 077.253/O-6

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores da  
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa  
Mococa SP

**Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos comentados no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as Demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras****Imobilizado**

Os controles físico e financeiro dos bens do ativo imobilizado, no valor de R\$ 7.615.122, conforme nota explicativa 9, não são satisfatórios e é objeto de levantamentos por parte da Entidade, que visa à implantação de um adequado controle do custo histórico e da depreciação acumulada, bem como determinar o valor residual final e a vida útil remanescente dos bens, conforme as atuais práticas contábeis brasileiras. Consequentemente, não foi possível concluir, e não concluímos, sobre a necessidade de ajustes sobre o saldo do imobilizado e seus reflexos no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos****Auditoria do exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório, datado de 16 de fevereiro de 2018, continha ênfase relativa a notificação da Agência Nacional de Saúde (ANS) relatando desconformidades econômico-financeiras, continha também ressalva relativa a falta de evidências necessárias de controle que assegurassem o saldo destacado na rubrica Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG e ainda continha opinião com ressalva sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo de “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

(iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

(iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras, caso venham a existir, podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 8 de fevereiro de 2019.

Inoveaud Auditores Independentes  
CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes  
Contador CRC 1SP186234/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Membros do Conselho Fiscal da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MOCOCA abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame do relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 aprovadas em Reunião da Diretoria e do conselho de Administração, e, com base nos exames efetuados, nos demais esclarecimentos prestados pelos representantes da Irmandade, considerando ainda o parecer sem ressalva dos Auditores Independente Inoveaud Auditores Independentes, datado de 08 de fevereiro de 2019, concluíram que os documentos apresentados, e todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e, em condições de serem submetidos à deliberação da Irmandade na Assembleia Geral Ordinária.

Mococa, 19 de março de 2019

Antônio Dos Reis Porto, Benedito Carlos Lopes Burronee Pe.Celso Abreu de Jesus